

## O RESGATE DO PENSAMENTO HISTORIOGRÁFICO CLÁSSICO NA IDADE MÉDIA ISLÂMICA: CONSIDERAÇÕES SOBRE A ESCRITA DA HISTÓRIA POR IBN KHALDUN (1332-1406)

Elaine Cristina Senko<sup>1</sup>

### Resumo

Analisando a obra *Muqaddimah*, escrita pelo historiador muçulmano Ibn Khaldun (1332-1406), verificamos a elaboração de uma proposta historiográfica racional e objetiva, inovadora em relação ao seu tempo. Tal proposta requer ao historiador uma atitude crítica em relação às informações que dispõe em sua obra. Khaldun a formula tendo consciência da tradição historiográfica islâmica, mas atua dentro dela sugerindo e apontando novas perspectivas de análise, dentre as quais vemos apontar em seu subtexto importantes resquícios, transformados, do fazer histórico grego da antiguidade.

**Palavras-chave:** Ibn Khaldun; *Muqaddimah*; Idade Média.

Ao contemplarmos um estudo sobre a obra *Muqaddimah*<sup>2</sup>, escrita pelo notável historiador muçulmano Ibn Khaldun (1332-1406), verificamos o digno esforço do autor na realização de um trabalho intelectual que demarcaria novas perspectivas para o homem em relação ao seu passado, presente e futuro. Dentre os diversos temas que aborda em sua obra, encontramos o ímpeto da construção de uma proposta historiográfica inovadora, a qual viria corrigir “erros” sobre o modo como os homens estavam abordando o passado e sua escrita. Quais seriam os termos dessa proposta? O que ela possuía de inovadora em relação às práticas historiográficas anteriores? Seguindo tais questões, o presente trabalho propõe uma análise do fazer histórico elaborado por Ibn Khaldun na *Muqaddimah*, buscando estabelecer um conjunto de considerações que auxiliem nossa compreensão não só da importância e inovação desta obra em seu tempo, mas também de preceitos que podem atuar em nossa constante reflexão, contemporânea, sobre a epistemologia da história.

---

<sup>1</sup> Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal do Paraná. Discente vinculada à linha de pesquisa Cultura e Poder e orientada pela Professora Doutora Marcella Lopes Guimarães. Membro do Núcleo de Estudos Mediterrânicos (NEMED) e bolsista REUNI/UFPR. Contato: [elainesenko@hotmail.com](mailto:elainesenko@hotmail.com)

<sup>2</sup> KHALDUN, Ibn. *Muqaddimah – Os Prolegômenos (tomo I, II e III)*. Tradução integral e direta do árabe por José Khoury e Angelina Bierrenbach Khoury. São Paulo: Instituto Brasileiro de Filosofia, 1958-1960.

O primeiro passo que empreendemos em nosso trabalho é o estudo do persoangem Ibn Khaldun. Compreender o autor, situando-o em seu tempo e frente as dificuldades que a vida lhe condicionou, torna-se um requisito fundamental para compreendermos o teor de sua idéias em relação à escrita histórica.

*Ibn Khaldun: um homem singular em seu tempo*

O historiador Ibn Khaldun nasceu na cidade de Túnis, em 1332. Sua família tinha origem em Hadramut, numa tribo árabe do Iêmen, a qual passou para *Al-Andaluz* no século VIII, colocando-se ao lado do poder Omíada. No entanto, a família Khaldun teve de sair do território e se transferir para o Norte de África em 1248, por conta do avanço da *Reconquista* cristã em Sevilha<sup>3</sup>. O choque da expulsão provocou uma transferência dos poderes andaluzes para o Norte de África.

A família Khaldun, já estabelecida em território magrebino, associa-se aos governantes locais e mantém o antigo privilégio de estar próxima ao poder. Ibn Khaldun iniciou sua carreira política em 1352, como escrivão do parafo real (função que cabia àquele que registrava dados sobre a administração real) tendo então contato com documentos do poder e História, durante a dinastia dos Hafsidas (1228-1574).

Porém logo passou a ser secretário do sultão Abu Inan na cidade de Fez, sob a dinastia rival dos Hafsidas, os Marínidas (1196-1465). Ao longo de sua carreira também exerceu cargos de suma importância ligados ao direito islâmico sob outros sultanatos magrebinos, como os de hajib (juiz), chefe de chancelaria e “diplomata”. Além disso, Ibn Khaldun (que era descendente de uma família de importantes guerreiros, os quais teriam lutado na resistência em *Al-Andaluz* frente à ação de *Reconquista cristã*) participou também de ações militares ferrenhas cobrando impostos de tribos berberes norte-africanas sob o governo de Tlemcen.

O auge da carreira política de Khaldun foi quando ele se estabeleceu no Cairo, a partir de 1383. Foi nesse local que o muçulmano angariou, sob a influência do sultão

---

<sup>3</sup> Para um aprofundamento da biografia de Ibn Khaldun, conferir: SENKO, Elaine Cristina. *Ibn Khaldun (1332-1406) e um olhar muçulmano sobre a Península Ibérica*. Monografia em História – defendida em novembro de 2009 na Universidade Federal do Paraná; e também verificar os artigos: SENKO, Elaine. *Al-Andaluz, paradigma para a formação de um historiador: Ibn Khaldun (1332-1406)*. In: *VII Semana de Estudos Medievais – Programa de Estudos Medievais / UFRJ* 28 a 30 de novembro de 2007. cd-room; e SENKO, Elaine Cristina. *Ibn Khaldun (1332-1406) e o olhar muçulmano sobre a Península Ibérica*. In: *Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão*. ANPUH/SP-USP. São Paulo, 08 a 12 de setembro de 2008. Cd-rom. pp.1-10.

egípcio mameluco Malik Al-Daher, o posto de professor de jurisprudência malikita na Mesquita de Al-Azhar, tornando-se Grande Cádi do Cairo, ou seja, o responsável pelas leis de acordo com as diversas escolas de jurisprudência islâmica. Foi quando estava nessa posição de grande poder que Khaldun teve uma atitude obstinada contra a corrupção – prática cometida pelos próprios funcionários da justiça local e teve seu famoso encontro com Tamerlão (1400) para libertar Damasco dos mongóis.

A carreira erudita de Ibn Khaldun, paralela aos cargos por ele assumidos em diversos sultanatos magrebinos, foi também de grande destaque para a esfera política. Em sua época, a política do Norte da África era dominada principalmente pelos conflitos entre a dinastia dos Hafsidas e a dinastia dos Marínidas. No entanto, o homem político Ibn Khaldun, imerso nessa realidade, soube negociar em prol de seus interesses, visando sempre sua manutenção próxima ao poder tranqüilo – um aspecto essencial para que ele pudesse se dedicar exclusivamente aos seus estudos contemplativos tendo por base o patrocínio de algum sultão.

Como vimos, Khaldun teve uma vida intensa repleta de acontecimentos que o levaram, inclusive, a uma constante movimentação entre regiões e sultanatos. Nosso estudo biográfico possibilitou um conhecimento acerca da trajetória, pública e privada, empreendida por Khaldun durante sua vida. No entanto, para que possamos compreender o âmago de sua proposta historiográfica na *Muqaddimah*, devemos agora refletir sobre o mundo no qual o erudito muçulmano viveu. Dessa forma, poderemos entrever de que modo seu pensamento foi influenciado pelas circunstâncias que acompanhou, bem como seu grau de consciência frente a elas.

### *Compreendendo Ibn Khaldun em seu tempo*

O século XIV é um tempo de transformações que mantém uma identidade própria, repleto de acontecimentos que o caracterizaram como de grande importância para o mundo muçulmano<sup>4</sup>. É nesse contexto que ocorre o epílogo do Califado, aspecto

---

<sup>4</sup> “Resuena ahora fuertemente esa posibilidad racional de ‘influir’ sobre los cursos previsibles del devenir, y lo hace en amplio sentido político, social y económico. Y también, como verdadera teoría de la educación, de los significados del aprendizaje en la historia de la educación, de los significados del aprendizaje en la historia de las civilizaciones. Una verdadera *paideia*, susceptible de ser invocada nuevamente por cuanto de cierto otorga un valor intrínseco a la religión, a su enseñanza y su utilidad, pero que, como también ha señalado Abdessalam Cheddadi, no es un valor definitivo ni menos exclusivo

motivador do surgimento de uma nova realidade histórica. Um retrato de seu contexto nos é apresentado pelo próprio Ibn Khaldun na *Introdução* de sua obra *Muqaddimah*:

Mas hoje, quero dizer, no fim do século VIII H., a situação do Magrib sofreu uma revolução profunda, como está à vista de nós todos. A ordem social foi inteiramente subvertida. As nações berberes, que habitavam a região desde os tempos mais remotos, foram substituídas por tribos árabes que no século V da Hégira, invadiram o país e, devido ao seu grande número e força, subjugaram as populações, tomaram-lhes o território e dividiram com elas o domínio sobre outras regiões que conservam ainda (KHALDUN, 1958: 79).

Os poderes que envolveram Ibn Khaldun em seu tempo são os *Nazaríes em Granada* (1232-1492), os *Marínidas do Marrocos* (1269-1420), o *Sultanato de Tlemcen - reino central* (formado por antigas tribos berberes), *Hafsidas de Túnis* (1228-1574) e os *Mamelucos no Egito* (1250-1517), este em contato com os mongóis do governo de Tamerlão (1331-1405). Em suma, tratava-se de um ambiente inconstante: sultanatos que ascendiam e decaíam rapidamente em decorrência de intrigas dinásticas, da corrupção e de conflitos entre os sultanatos. Um breve olhar para o contexto já aponta essa variação de forma muito clara<sup>5</sup>. O governo de Granada teve sua manutenção dependente dos governos norte-africanos, principalmente no período de Muhammad V (1354-59 e 1362-91). O governo dos Marínidas alcançou seu apogeu em conquistas sob o sultanato de Al-Hasan (1331-1348) e sua política de expansão foi interminável, pois seus sucessores continuaram a política de ataque ora aos Hafsidas, ora ao sultanato de Tlemcen. O sultanato de Tlemcen, coagido por estar no Magreb Central, teve nas mãos austeras de Abu Hammu (1359-1389) sua defesa e seu destino (a vontade de se apoderar do reino de Bujaya), que paulatinamente foi sendo degradado por marínidas, hafsidas e

---

ni excluyente para el orden social, pues numerosos pueblos – dice Ibn Jaldún – viven sin ley revelada y basan su orden social y político en la fuerza o la razón. Que sea ésta la que propulse a la *asabiyya*, a la cohesión del grupo, que es siempre para Ibn Jaldún el motor civilizador que rige la creación de necesidades y las transformaciones del ingenio humano para una vida más perfeccionada, dependerá de la capacidad que tengamos de prevenir ampliamente los transcurros como parte de lo labor de gobierno, en una constante dialéctica entre los deseos y las posibilidades, que es lo que para él define justicia. Y tomando siempre muy en cuenta la forma en que se tensa la relación entre progreso material y regresión moral y sus permanentes transformaciones”. In: BLANCO MARTÍNEZ, Rogelio. Ibn Jaldún: entre el saber y el poder. In: MARTOS QUESADA, Juan y GARROT GARROT, José Luis. *Miradas españolas sobre Ibn Jaldún*. Madrid: Ibersaf, 2008, p.21.

<sup>5</sup> Além de todas essas agitações políticas, devemos ressaltar que a cultura granadina e norte-africana do medieval proporcionaram uma riqueza muito grande em termos arquitetônicos, de obras escritas, de costumes, dentre outros aspectos – os quais compõem certamente uma preciosa herança histórica.

tribos nômades com certo poder (muitas vezes sendo agregadas pelos sultanatos de maior expressão)<sup>6</sup>.

Os Hafsidas, governo sob o qual Khaldun nasceu e passou a sua adolescência, foi instaurada por Abu Zakariyya (1228-1249). Desde então, a dinastia hafsida de Túnis começou a receber os andaluzes emigrados de Al-Andaluz e forjou todo um aparato político-militar similar ao que era posto na Península Ibérica. Os mamelucos, por sua vez, representaram o símbolo de resistência do islamismo no Norte de África. O reinado de Baybars assegurou e legitimou, por fim, sua existência e força, principalmente na luta contra os cruzados. Já o sultão Malik Al-Daher Barquq (1382-1399, com interrupções) de origem circasiana colocou sob seu governo Khaldun como o Grande Cádi Malikita e foi o último governo estável antes da intensiva ameaça otomana que desestruturou a política mameluca.

Khaldun transitava entre esses diferentes poderes em sua época certamente tendo a consciência de que nenhum deles teria uma longa duração. Sua presença e trabalho nessas cortes, inclusive, era considerada como um importante aporte à validade e legitimidade da política empreendida pelo sultanato, tendo em vista as formulações, concepções e recomendações ao poder que Khaldun estabelecera como ideais em sua obra *Muqaddimah*<sup>7</sup>.

Tendo por base o contexto apresentado, de que modo podemos avaliar sua importância para o desenvolvimento do pensamento de Ibn Khaldun? De fato, o historiador muçulmano, ao manter-se próximo ao poder, via em sua realidade uma constante que não podemos menosprezar: a corrupção e o vício, enquanto fatores principais, que ocasionavam o enfraquecimento e conseqüente queda de certos poderes nos sultanatos. Trata-se, em suma, de um pensamento que demarca uma contraposição ao modelo do califado, considerado por Khaldun como o mais apropriado: seria guiado pelo homem mais capacitado religiosamente (valorização da moral) e versado na política (expressão de dignidade para liderar os povos). De todo modo, Khaldun estava

---

<sup>6</sup> Nesse sentido, devemos lembrar que era muito importante para os sultanatos norte-africanos o apoio de certas tribos nômades e berberes, pois era a partir delas que muitas vezes se forma parte considerável da força do exército no momento de embate. Além disso, as tribos dessa região possuíam um jogo de poder para ameaçar ou estimular uma causa da qual elas mesmas se beneficiariam com ela. Lembremos que, na *Muqaddimah*, Khaldun inclusive forja uma dicotomia social: o contraste entre o árabe (civilizado) e o berbere (bárbaro) quando estuda o resultado do conflito hilaliano (século XI) ao longo do tempo no contexto norte-africano.

<sup>7</sup> O modelo de governante para Khaldun era Harun Al-Rashid, piedoso que não se entrega ao luxo.

consciente de que faltava em seu tempo um modelo apropriado de poder que garantisse estabilidade e segurança para o desenvolvimento das atividades humanas<sup>8</sup>.

Partindo de nosso estudo do personagem, Ibn Khaldun, e do mundo no qual viveu, o século XIV norte-africano, agora voltamos nossa análise para sua obra, buscando entrever os principais aspectos de sua proposta historiográfica.

### *Muqaddimah: por uma nova atitude em relação à história*

No ano de 1382, em Túnis, Ibn Khaldun fez uma revisão da sua obra *Muqaddimah* e deixou um manuscrito da obra ao sultão hafsida da região, Abu'l-Abbas. Logo depois, quando Ibn Khaldun estava no Cairo, enviou outra cópia do manuscrito para o sultão marínida de Fez, Abu Faris. Em 1397 dedicou uma terceira cópia do manuscrito ao sultão mameluco Malik Al-Zahir Barquq. As revisões feitas por Khaldun se realizaram até 1402 (manuscrito n. 1936 de Atif Efendi de Istambul). A *Muqaddimah*, portanto, foi escrita por Ibn Khaldun desde 1375 até a revisão de 1402.

A *Muqaddimah* contempla diversos temas, incluindo tópicos relacionados ao estudo da sociedade, cultura e política. No entanto, o que nos interessa aqui é percorrer a obra tendo em mente o método historiográfico proposto por Ibn Khaldun. De fato, logo ao início de sua obra Khaldun já apresenta aos seus leitores a orientação metodológica, no que se refere à escrita do passado, que segue ao longo da *Muqaddimah*, tal como ele mesmo relata: “De modo que se pode considerá-la como compêndio único da História, tendo em vista o número e o valor das informações que lhe abarrotam as páginas, e as doutrinas, antes ocultas ou desconhecidas, e agora expostas ao entendimento de todos” (KHALDUN, 1958: 15).

Khaldun inicia seu *Prefácio* da *Muqaddimah*<sup>9</sup> com exaltações à Allah e ao Profeta. Interessante a observação do próprio autor em escrever “Passemos agora ao

---

<sup>8</sup> Conforme o historiador Rogelio Blanco Martinez: “Y eso es el propio Estado para Ibn Jaldún: el mecanismo regulador y conformador del orden y la seguridad en la contención y perfeccionamiento de las propias pasiones”. In: BLANCO MARTÍNEZ, Rogelio. Ibn Jaldún: entre el saber y el poder. In: MARTOS QUESADA, Juan y GARROT GARROT, José Luis. *Miradas españolas sobre Ibn Jaldún*. Madrid: Ibersaf, 2008, p. 19.

<sup>9</sup> O historiador Khaldun cita: “O objeto desde Discurso Preliminar é demonstrar que a reunião dos homens em sociedade é coisa necessária. É o que os filósofos expressaram pela máxima seguinte: ‘O Homem é, por natureza, cidadão’, querendo dizer que o homem não pode prescindir da sociedade, termo que eles, na sua língua, expressaram por cidade. A palavra *umran* exprime a mesma idéia”. In: KHALDUN, Ibn. *Muqaddimah – Os Prolegômenos* (tomo I), *op. cit.*, p.105. Os tradutores José Khoury e Angelina B. Khoury nos explicam: “Ibn Khaldun, falando dos Filósofos, recorda e certamente reproduz o

nosso assunto” – a *História*. Portanto, este é o tema de Ibn Khaldun, o método da história, e assim passamos agora à análise-lo:

A *História* é um dos ramos dos conhecimentos humanos que se transmitem de geração a geração. (Tesouro de ensinamentos), ela atrai estudantes e estudiosos dos países mais longínquos que acodem pressurosos para ouvirem-lhe as lições. (Objeto de estudo e de meditação dos sábios), a *História* é ouvida com avidez pelo vulgo (que nela acha deleite e passatempo) grangeando a *História* ao mesmo tempo a estima dos reis e dos grandes, o apreço dos homens de estudo e a atenção dos ignorantes.

Quanto a sua forma externa, a *História* apresenta-se qual o registro dos acontecimentos que marcaram o curso dos séculos, a sucessão das dinastias e os fatos que testemunharam as gerações passadas. (Ao descrever acontecimentos de tanto vulto e magnitude), a pena dos historiadores se agiganta e o verbo dos mestres se enfeita de figuras e provérbios. (Tão alta no conceito, tão aprazível na forma), a *História* é o encanto das assembleias literárias onde as multidões de seus amantes se acotovelam embevecidas. (Mestra incomparável), para tudo dizer, a *História* nos revela os segredos das revoluções e das transformações por que passam os seres em toda a Criação. Campo imenso e de horizontes infindos, por onde desfilam num monstruoso tropel impérios, realizações ou derrotas fatais, a *História* reproduz a vida do homem sobre a terra, sua marcha para maiores conquistas, para dilatar cada vez mais a arena de suas atividades, até que soe a hora da partida marcada pelo Destino e que desapareça na voragem do tempo e do acaso.

Vejamos agora os caracteres internos da ciência da *História*, que são: o exame e a verificação dos fatos, a investigação cuidadosa das causas que os precederam, o conhecimento profundo da maneira como os acontecimentos se sucederam, e como começaram. Pelo que se vê, a *História*, em sua essência, constitui um ramo importante da Filosofia e merece ser colocada entre as Ciências (KHALDUN, 1958: 3-5).

A interpretação do trecho acima demonstra a erudição de Khaldun, pois ele se utiliza da abstração para exaltar a *História* no início do documento, para depois colocar diante de nossos olhos a concretização do que ela significa. Em seguida, demonstra a presença do historiador e do leitor da obra histórica, retornando à abstração da sua reflexão final. Interessante a maneira como o historiador aborda a *História* como um dos ramos do conhecimento humano a qual atrai a atenção de todos os homens, desde o

---

famoso aforismo de Aristóteles: o homem é, por natureza, um animal político (zôon politikon) e vai até ao ponto de reproduzir a etimologia de ‘politikon’ que é ‘pólis’, cidade. Civilização tem construção etimológica idêntica, civitas, traduzindo polis e politéia. Quanto ao termo árabe ‘umran’, procede do mesmo conceito. É o nome verbal de ‘ammara’ que significa sucessivamente: construir, edificar uma casa, habitar um país; cultivá-lo; torná-lo próspero; dotá-lo de meios de viver para uma população numerosa. Na língua de Ibn Khaldun, ‘umran’ traduz a mesma idéia geral de politéia de Aristóteles e abrange, ao mesmo tempo, diversos fenômenos sociais que as línguas européias de hoje designam por termos especiais: sociedade, sociologia, organização política, organização social, civilização, etc”. In: KHALDUN, Ibn. *Muqaddimah – Os Prolegômenos* (tomo I), nota (1), *op. cit.*, p.105.

poderoso até o mais simples. A História é o marco dos acontecimentos e sua escrita agiganta estes fatos históricos demonstrando o que se passou com clareza. Ou seja, a história resgata as transformações ao longo do tempo e reproduz a vida de outrora.

De modo didático, podemos compreender o *entendimento interno da História* de Ibn Khaldun seguindo os respectivos passos:

1. *O exame e a verificação dos fatos.*
2. *Investigação cuidadosa das causas.*
3. *Conhecimento profundo da maneira como os acontecimentos se sucederam e como começaram.*

Tendo em vista essa contundente posição crítica, não podemos deixar de entrever alguns dos principais aspectos que atribuímos ao fazer histórico grego da Antigüidade. Uma análise compreendendo a investigação das causas e a narrativa daquilo que realmente aconteceu demonstra princípios inerentes ao trabalho de um Tucídides<sup>10</sup> ou Políbio<sup>11</sup>. Mas realmente seria possível tal transmissão de conhecimento e perspectivas historiográficas?

---

<sup>10</sup> Autor da obra *História da Guerra do Peloponeso*, Tucídides esclarece, logo ao início de seu trabalho, como seria a tarefa historiográfica: “Así fueron, pues, según mi investigación, los tiempos antiguos, materia complicada por la dificultad de dar crédito a todos los indicios tal como se presentan, pues los hombres reciben unos de otros las tradiciones del pasado sin comprobarlas, aunque se trate de las de su propio país. [...] Tan poco importa a la mayoría la búsqueda de la verdad y cuánto más se inclinan por lo primero que encuentran! Sin embargo, no se equivocará quien, de acuerdo con los indicios expuestos, crea que los hechos a los que me he referido fueron poco más o menos como he dicho y no dé más fe a lo que sobre estos hechos, embelleciéndolos para engrandecerlos, han cantado los poetas, ni a lo que los logógrafos han compuesto, más atentos a cautivar a su auditorio que a la verdad, pues son hechos sin pruebas y, en su mayor parte, debido al paso del tiempo, increíbles e inmersos en el mito” In: TUCÍDIDES. *Historia de la guerra del Peloponeso: libros I – II*. Tradução Juan José Torres Esbarranch. Madrid : Gredos, 1990, pp. 158-161.

<sup>11</sup> Neste trecho de sua obra *Histórias*, percebemos a forte opinião de Políbio, historiador do século II a.C., sobre o trabalho historiográfico, bem como o sentido que ele atribui à esse escrito em sua sociedade: “Es función propia de la historia, primero, conocer los discursos tal como fueron efectivamente pronunciados; en segundo lugar, averiguar las causas que hicieron fracasar o tener éxito los planes formulados en ellos, porque la simple narración de los hechos atrae al espíritu, pero es estéril; si se añaden las causas, el recurso a la historia es fructífero. Si de unas circunstancias similares pasamos a considerar las nuestras, obtendremos indicios y previsiones con vistas a averiguar el futuro; esto nos capacita, unas veces, para preservarnos y, otras, para manejarnos con más confianza ante las dificultades que se presenten, siempre que establezcamos un paralelo con los hechos pretéritos. El que silencia los discursos pronunciados, así como las causas que los motivaron, y los sustituye por ejercicios retóricos falsos y amplificaciones oratorias elimina el componente más propio de la historia”. In: POLÍBIO. *Historias: libros V-XV*. Tradução Manuel Balasch Recort. Madrid: Gredos, 1981, p. 503.



Nesse sentido devemos lembrar do itinerário de saber entre o mundo grego e o mundo árabe, tal como ressalta Rosalie Helena de Souza Pereira:

A continuidade da filosofia, da medicina, das matemáticas e das várias outras ciências gregas na civilização islâmica, e em língua árabe, ainda é pouco estudada, embora mereça uma investigação mais aprofundada, principalmente no tocante ao legado da Grécia e sua interação com um mundo fundamentalmente diverso. Sabemos hoje que, enquanto os textos gregos de filosofia, de medicina e das variadas ciências eram amplamente traduzidos e conhecidos no mundo islâmico medieval desde o século VIII, o Ocidente latino, nesse mesmo período histórico, ainda desconhecia a vasta produção filosófica e científica dos gregos<sup>12</sup>.

Seguindo esse pensamento que pressupõe uma herança grega na cultura da civilização islâmica, como forma de uma *translatio studiorum*<sup>13</sup>, podemos levantar a hipótese de uma possível transmissão da metodologia histórica grega nos escritos do historiador Ibn Khaldun. Especificamente, é na contraposição entre narrativa verdadeira/narrativa ficcional que poderíamos demarcar mais fortemente essa herança grega em Khaldun<sup>14</sup>. Ora, em sua explicação histórica, Khaldun rejeita a inclusão de fábulas e assim nos apresenta dois discursos, como já aponta Martos Quesada – um discurso racional e um discurso oriundo da fé:

Evitando una frontal oposición entre la ciencia y la religión, Ibn Jaldún acaba por definir dos modos de reflexión, complementarios, si bien distintos:

---

<sup>12</sup> PEREIRA, Rosalie Helena de Souza. *Bayt al-Hikma* e a transmissão da filosofia grega para o mundo islâmico. In: PEREIRA, Rosalie Helena de Souza (organizadora). *Busca do conhecimento: ensaios de filosofia medieval no Islã*. São Paulo: Paulus, 2007, p.17. E de acordo com Georges Duby: “A Europa não teve como se defender contra a contaminação de uma cultura estrangeira. Ao contrário, nutriu-se das culturas que, muito mais ricas, estavam ao seu redor. O desenvolvimento intelectual e técnico da Europa do século XII baseia-se naquilo que os conquistadores cristãos encontraram nas bibliotecas árabes de Toledo ou de Palermo. Os árabes tinham reunido o legado da ciência e da filosofia gregas, que os romanos tinham desprezado, e foi em seus livros que os europeus descobriram Euclides, Aristóteles, a Medicina, a Lógica, a Astronomia, Ptolomeu. Esses conquistadores lançaram-se sobre esse tesouro como nós o fazemos sobre alguns produtos da cultura americana. A Europa era, então, vigorosa o bastante para criar sua própria cultura com o que ela tomava de outros lugares”. In: DUBY, Georges. *Ano 1000, ano 2000: na pista de nossos medos*. Tradução de Eugênio Michel da Silva e Maria Regina Lucena Borges-Osório. São Paulo: Editora da UNESP/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999, p.70.

<sup>13</sup> Segundo Alain de Libera: “um primeiro movimento de ‘transladação dos estudos’ (*translatio studiorum*) leva do Oriente, anteriormente cristão (sírio-egípcio-persa), a Bagdad; o segundo leva de Bagdad a Córdoba”. In: LIBERA, Alain. *A filosofia medieval*. Tradução de Nicolás Nyimi Campanário e Yvone Maria de Campos Teixeira da Silva. São Paulo: Edições Loyola, 2004, p.65.

<sup>14</sup> Segundo Arnaldo Momigliano “o que parece ser tipicamente grego é a atitude crítica com relação ao registro de acontecimentos, isto é, o desenvolvimento de métodos críticos que nos permitem distinguir entre fatos e fantasias”. In: MOMIGLIANO, Arnaldo. *As raízes clássicas da historiografia moderna*. Tradução de Maria Beatriz Borba Florenzano. Bauru/SP: EDUSC, 2004, p.55.

el discurso racional para las ciencias humanas, pues, al fin y al cabo, el hombre está dotado de pensamiento, y el discurso de la fe para las ciencias religiosas, basado el mismo en los textos revelados. A partir de estas dos coordenadas, Ibn Jaldún va construyendo nuevos métodos de investigación y nuevos conceptos, en suma, nuevos planteamientos metodológicos y teóricos, que manifiestan la modernidad de su propósito y que enlazan con los experimentados desde el siglo XVIII hasta nuestros días (MARTOS QUESADA, 2008: 11).

Khaldun pertence à estirpe islâmica tradicionalista e racionalista<sup>15</sup>. Essa estirpe malikita influenciou Khaldun em sua análise lúcida e rica de conhecimento metodológico acerca da História, que forjou um homem que diante das crueldades da vida soube se manter dinâmico como um pesquisador de racionalidade cosmopolita.

A busca de Khaldun pelo método da História nos aponta a utilização de críticas reflexivas por parte do autor com relação aos fatos fantasiados ou de fraca autoridade oriundos da literatura. Para Khaldun os pensadores que se deixaram levar por tal caminho não se preocuparam em aprofundar as causas e as circunstâncias dos fatos descritos. Nas palavras do próprio Khaldun: “Mas a verdade é uma potência a que nada resiste, como a mentira é um espírito das trevas que recua quando fulminado pela razão investigadora” (KHALDUN, 1958: 5).

A importância do senso crítico para Khaldun é de extrema valia, pois o historiador não poderia apenas narrar fatos que obtém de outros: “cabe ao saber, limpar e polir as tabuinhas que levarão gravada a verdade” (KHALDUN, 1958: 5). Não há como não entrever no pensamento de Khaldun a grande desconfiança, tão cultivada pelos historiadores gregos, em relação as informações indiretas que obtém para escrever seu relato. A crítica e a razão seriam os principais aportes na averiguação dos fatos, uma prática imprescindível na busca pela verdade. Mas e no tempo de Khaldun, como os historiadores estariam respeitando essa normativa básica da historiografia?

Nesse sentido, Khaldun cita os eruditos que merecem sua atenção e que eram utilizados como fonte em sua época por outros pensadores. No entanto, Khaldun utiliza-se deles para criticá-los: Ibn Ishac, Tabari, Ibn Al-Kalbi, Muhammad Ibn Omar Al-

---

<sup>15</sup> “Aunque se ha repetido que la madrasa como institución surge en Oriente con una vocación de ‘casa de la ciencia’ (dar al-hikma) en la que la ‘ciencia de los antiguos’-astronomía, medicina, farmacología, matemáticas...-tenía tanta relevancia como las ciencias islámicas – lectura y exégesis coránica, tradición profética, derecho y jurisprudencia”. In: MARTÍNEZ ENAMORADO, Virgilio. Saber, poder y madrasas en tiempos de Ibn Jaldun. In: PEREZ LÓPEZ, Jerónimo (Dirección). *Ibn Jaldun: El Mediterráneo en el siglo XIV – Auge y declive de los Impérios*. Madrid: Fundación El Legado Andalusi, 2006, p.344-345.

Uáqidi, Saif Ibn Omar Al-Açadi e Al-Maçudi. Para esse último historiador há uma atenção especial de Khaldun:

Tais foram Al-Maçudi e seus imitadores. Vieram, depois, outros que, abandonando a idéia de uma História Universal, limitaram suas atividades a um círculo mais restrito de pesquisas, e, desistindo de abarcar pontos tão distantes de um campo de tanta magnitude, se contentaram com recolher informações sobre determinada época. Cada um, cuidando do seu país ou do lugar onde nasceu, escreveu a história dos acontecimentos particulares da sua cidade natal ou da dinastia sob a qual viveu (KHALDUN, 1958: 9).

Inicialmente, vemos Khaldun estabelecendo a idéia em torno da escrita de uma história universal – seguindo muito mais o modelo de Políbio e não de Tucídides<sup>16</sup>. De fato, essa reflexão de Khaldun demonstra o quanto atento ele estava à preocupação do historiador não colocar um objeto tão próximo de si. Os historiadores que não se atentaram para isso, Khaldun provoca:

Tiraram da História dos séculos passados um aglomerado de narrativas que se podem considerar como vãos simulacros desprovidos de substância, ou, como bainhas vazias de suas lâminas de aço; narrações que o leitor está no dever de aceitar com desconfiança, impossibilitado de saber se são fatos antigos (comprovados), ou se são modernos (e inventados). Porque estes escritores, ao relatarem os fatos, deixaram de apontar-lhes as causas próprias e não se aprimoraram na escolha das informações, nem na verificação dos pormenores (KHALDUN, 1958: 10).

A crítica de Khaldun foi acerca da proliferação de fábulas em seu tempo<sup>17</sup>, pois os homens que escreviam a história estavam incluindo em suas narrações fatos não

---

<sup>16</sup> Segundo Juliana Bastos Marques, Políbio “é o primeiro grande exemplo que temos de uma história de caráter universal, e não apenas centrada numa polis ou região”. MARQUES, Juliana Bastos. Políbio. In: JOLY, Fabio Duarte. *História e Retórica: ensaios sobre a historiografia antiga*. São Paulo: Alameda, 2007, p. 45.

<sup>17</sup> Devemos lembrar que no século XIV foi o momento de reunião dos contos que compõem a obra *As Mil e um noites* sob a dinastia mameluca. Segundo o professor Mamede Mustafa Jarouche: “Como qualquer outra obra, o *Livro das mil e uma noites* tem uma história, embora controversa pela exigüidade dos dados que nos chegaram até hoje, e é fruto dos decoros das épocas em que foi elaborado ou reelaborado. Convencionalmente supõe-se, de acordo com documentos que serão discutidos, que o livro deriva de uma matriz iraquiana, algo como o primeiro estágio, pode-se dizer assim, da redação independente em árabe de uma obra de remota origem persa sobre a qual também se falará adiante. A reelaboração que chegou completa aos dias de hoje remonta, como já se disse, ao período entre a segunda metade do século VII H./XIII d.C. e a primeira metade do século VIIIH./XIV d.C., quando o Estado mameluco abrangia as terras da Síria e do Egito. Fundamentada na análise dos manuscritos, parte da crítica desenvolveu a hipótese da existência de dois ramos dessa reelaboração, o sírio e o egípcio, este último por sua vez subdividido em antigo e tardio”. In: JAROUCHE, Mamede Mustafa. *Livro das mil e uma noites*, vol. I: ramo sírio/Anônimo. Tradução do árabe por Mamede Mustafa Jarouche. 3 ed. São Paulo: Globo, 2006, p.11-12.

verificados e fictícios. Inclusive, essa crítica de Khaldun atingi os cronistas muçulmanos, tendo em vista que esses, ao narrarem os acontecimentos de uma dinastia, estavam incluindo em seus textos tanto a verdade quanto a mentira. Além disso, alguns deles também abreviaram suas escritas limitando-se a citar as nomenclaturas dos reis sem a explicação histórica e a observação devida.

No final do *Prefácio*, Khaldun indicou sua intenção ao escrever uma obra como a *Muqaddimah*:

Confesso, contudo, que, entre os homens de todos os séculos, ninguém como o autor, se acha menos habilitado para alcançar meta tão distante através de um campo tão vasto. Esperançado na generosidade dos homens mais hábeis e mais cultos, peço examinarem com atenção, se não, com benevolência, a obra que apresento, rogando-lhes que, ao encontrarem erros ou falhas, se dignem corrigí-los, tratando-me todavia com indulgência. A mercadoria que ofereço ao público é de pouca valia aos olhos dos sábios. Mas, uma confissão franca tem o poder de desarmar a censura, e deve-se contar com a bondade dos confrades. Ao terminar, rogo a Deus torne puros os nossos atos perante Sua face. Eu conto com a sua ajuda. *Ele é Excelente Protetor (Alcorão)* (KHALDUN, 1958: 15).

Khaldun pede aos historiadores e outros eruditos que leiam sua obra e tenham um olhar crítico, esperançoso em estimular a reflexão. De todo modo, o historiador muçulmano Khaldun parece ter escrito tal *Prefácio* com a mente consciente em torno de sua produção intelectual e do valor que sua obra continha em si.

*Observações finais: a história como elemento de distinção entre verdade e ficção*

A partir de nossa análise, vemos surgir uma metodologia que emprega um modelo de pesquisa racional e objetivo, o qual requer obrigatoriamente ao historiador uma atitude crítica em relação às informações que dispõe em sua obra. Fica patente também que Khaldun tem consciência da tradição historiográfica islâmica, mas atua dentro dela sugerindo e apontando novas perspectivas de análise, dentre as quais vemos apontar em seu subtexto importantes resquícios, transformados, do fazer histórico grego da antiguidade. De fato, o resgate dessa tradição historiográfica clássica na época de Khaldun e naquele espaço do Norte da África aponta a ocorrência de uma manutenção em torno de certos aspectos, da herança grega através dos governos árabes (via Oriente – Ocidente). Portanto, a proposta historiográfica de Khaldun estabelece uma ponte

entre o passado, grego e islâmico, e o presente, a realidade vivida no século XIV. De fato, os escritos de Ibn Khaldun seriam de grande importância para a compreensão do sentimento islâmico na época, onde poderíamos perceber a influência dos movimentos da *Reconquista* cristã e resistência islâmica sobre o pensamento muçulmano. Albert Hourani encaminha uma reflexão nesse mesmo sentido:

A vida de Ibn Khaldun, segundo sua própria descrição, nos diz alguma coisa sobre o mundo a que pertenceu. (...) Sua própria trajetória mostrou como eram instáveis as alianças de interesses em que se baseavam as dinastias para manter o poder; (...) Mas uma coisa era estável, ou parecia ser. Um mundo onde uma família se mudava do sul da Arábia para a Espanha, e seis séculos depois retornava ao lugar de origem e continuava a ver-se num ambiente familiar, tinha uma unidade que transcendia as divisões de tempo e espaço; (...) (HOURANI, 2006: 19-20).

Essa realidade do século XIV – instável politicamente, mas agraciada com um passado cultural tão rico e esplendido – também oferecia meios para obras literárias como *As Mil e uma noites*<sup>18</sup> serem reunidas e resgatadas pelo governo mameluco, numa clara alusão nostálgica frente à um tempo que presenciava o declínio do poder islâmico. A composição da *Muqaddimah* também compartilharia do mesmo sentimento, mas vem exatamente contrapor essa tendência ficcional em relação ao trato das informações, distinguindo realidade e mito no entendimento do passado.

## Referências bibliográficas

### Fonte:

KHALDUN, Ibn. *Muqaddimah* – Os Prolegômenos (tomo I, II e III). Tradução integral e direta do árabe por José Khoury e Angelina Bierrenbach Khoury. São Paulo: Instituto Brasileiro de Filosofia, 1958-1960.

---

<sup>18</sup> JAROUCHE, Mamede Mustafa. *Livro das mil e uma noites*, vol. I: ramo sírio/Anônimo. Tradução do árabe por Mamede Mustafa Jarouche. 3 ed. São Paulo: Globo, 2006.

## **Bibliografia:**

BLANCO MARTÍNEZ, Rogelio. Ibn Jaldún: entre el saber y el poder. *Miradas españolas sobre Ibn Jaldún*. Madrid: Ibersaf, pp. 13-22, 2008.

DUBY, Georges. *Ano 1000, ano 2000: na pista de nossos medos*. Tradução de Eugênio Michel da Silva e Maria Regina Lucena Borges-Osório. São Paulo: Editora da UNESP/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.

GARROT GARROT, José Luis. Recepción de Ibn Jaldún em la historiografía española. *Miradas españolas sobre Ibn Jaldún*. Madrid: Ibersaf, pp.25-32, 2008.

GUENÉE, Bernard. Verbete História. *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. Organizadores: Jacques Le Goff e Jean-Claude Schmitt. Bauru, SP: Edusc, pp. 523-536. 2006.

HOURANI, Albert. *Uma História dos povos árabes*. Tradução de Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

JAROUCHE, Mamede Mustafa. *Livro das mil e uma noites*, vol. I: ramo sírio/Anônimo. Tradução do árabe por Mamede Mustafa Jarouche. 3 ed. São Paulo: Globo, 2006.

LIBERA, Alain. *A filosofia medieval*. Tradução de Nicolás Nyimi Campanário e Yvone Maria de Campos Teixeira da Silva. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

MARQUES, Juliana Bastos. Políbio. In: JOLY, Fabio Duarte. *História e Retórica: ensaios sobre a historiografia antiga*. São Paulo: Alameda, 2007.

MARTÍNEZ ENAMORADO, Virgilio. Saber, poder y madrasas en tiempos de Ibn Jaldun. In: PEREZ LÓPEZ, Jerónimo (Dirección). *Ibn Jaldun: El Mediterráneo en el siglo XIV – Auge y declive de los Impérios*. Madrid: Fundación El Legado Andalusí, 2006.

MARTOS QUESADA, Juan. Presentación. *Miradas españolas sobre Ibn Jaldún*. Madrid: Ibersaf, pp. 9-12, 2008.

MOMIGLIANO, Arnaldo. *As raízes clássicas da historiografia moderna*. Tradução de Maria Beatriz Borba Florenzano. Bauru/SP: EDUSC, 2004.

PEREIRA, Rosalie Helena de Souza (organizadora). *Busca do conhecimento: ensaios de filosofia medieval no Islã*. São Paulo: Paulus, 2007.

POLÍBIO. *Historias: livros V-XV*. Traducción y notas de Manuel Balasch Recort. Madrid: Gredos, 1981.

SENKO, Elaine Cristina. *Ibn Khaldun (1332-1406) e um olhar muçulmano sobre a Península Ibérica*. Monografia em História – defendida em novembro de 2009 na Universidade Federal do Paraná.

SENKO, Elaine. *Al-Andaluz, paradigma para a formação de um historiador: Ibn Khaldun (1332-1406)*. In: *VII Semana de Estudos Medievais – Programa de Estudos Medievais / UFRJ* 28 a 30 de novembro de 2007. cd-room.

SENKO, Elaine Cristina. *Ibn Khaldun (1332-1406) e o olhar muçulmano sobre a Península Ibérica*. In: *Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão*. ANPUH/SP-USP. São Paulo, 08 a 12 de setembro de 2008. PP. 1-10, Cd-rom.

TUCIDIDES. *Historia de la guerra del Peloponeso: libros I – II*. Tradução Juan José Torres Esbarranch. Madrid : Gredos, 1990.